

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e oito de abril do ano de dois mil e vinte e três.

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes.

Ao iniciar a Sessão, o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos iniciar a Sessão da Assembleia Municipal. O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, está um bocadinho atrasado e enquanto ele não chega vamos avançando com os trabalhos.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente o Sr. Deputado Dr. Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos que apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituído pelo Sr. António Jorge Pinto da Cunha Caetano.

Igualmente o Sr. Deputado Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramallete de Carvalho não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituído pelo Sr. Ricardo Jorge Marques Figueiredo.

Também a Sra. Deputada Clara Margarida da Fonseca Dias não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituída pela Sr. Bárbara Coquim da Costa Almeida Serra.

A Presidente da Junta da Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sra. Cátia Sofia da Cruz Alves, não está presente e foi substituída pelo Secretário da Junta Dr. João Miguel Santos Pais.

A Presidente da Junta da Freguesia de Lagares da Beira, Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, não está presente e apresentou a respetiva justificação.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista, não está presente e foi substituído pela tesoureira da Junta, Dra. Ana Margarida Madeira Guilherme Lopes.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, não está presente e apresentou a respetiva justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, nos termos da alínea i), do n.º1, do artigo 6º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo e os Srs. Vereadores, Dr. Francisco José dos Santos Rodrigues, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito, Dra. Sandra Margarida Matias Andrade Fidalgo, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro e Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de 254.816,00€ (duzentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e dezasseis euros) às Freguesias do Município, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Revisão ao Orçamento da Receita de 2023.

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa de 2023.

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Revisão - Modificações às Grandes Opções do Plano - GOP (PPI e AMR).

VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e dos Documentos de Prestação de Contas do ano 2022.

VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2022.

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Foram enviados aos Sr. Deputados os documentos referentes aos Pontos da Ordem do Dia e também foi enviado para conhecimento o Relatório de Contas, relativos à Prestação de Contas da Associação de Municípios do Portugal Romano respeitantes aos anos de 2020 e 2021 e o Relatório de Revisão Limitada referente às Demonstrações Financeiras Intercalares em 30 de junho de 2022.

Passaríamos à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois. Pergunto se há alterações ao teor da ata.

Não havendo alterações ao teor da ata passaríamos à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por unanimidade.

De seguida foi iniciado o Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra ao Sr. João Rogério Veloso da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Estou aqui hoje com muito gosto e venho intervir na qualidade de cidadão e não como coordenador do partido CHEGA, como o senhor sabe que o sou.

O CHEGA ainda não conseguiu representatividade neste regimento, por enquanto! Pretendemos ter uma participação cívica, ajudar a nossa comunidade Oliveirense e contribuir com questões válidas e concretas para discussão, sempre com lisura e educação. Queremos contribuir com a nossa participação no desenvolvimento social e económico no nosso Concelho.

Trago algumas questões para apresentar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Rolo, relativas á nossa ESTGOH.

Todos sabemos da importância destas instituições, elas são fundamentais no desenvolvimento socioeconómico nas regiões onde estão implementadas.

Para quando a construção de um novo edifício para receber a nossa escola superior?

Assunto tanto falado, discutido e adiado, pois todos estamos cientes das deficientes e disfuncionais condições desta instituição.

Gostaria de lhe deixar a minha sincera opinião. Depois de ter consultado alguns estudos nesta matéria e realizado alguma investigação. Em bom rigor, conclui que é inegável que a área geográfica tem um grande impacto no seu bom desenvolvimento, influenciando e condicionando comportamentos. O melhor enquadramento de edificação para estas escolas deve ser na cintura inteira das cidades, pretendendo-se com isso espaços seguros, acessíveis e inclusivos, aumento da densidade populacional, aproximar os serviços e a sociedade em geral aos estudantes. Estas instituições tornam-se mais atrativa para os estudantes.

Em síntese, estes indicadores evidenciam como a realidade geográfica torna importantes e relevantes estas instituições. Como mau exemplo, dou a Escola Superior de turismo de Seia, que foi construída numa freguesia desta cidade, e que dista quatro quilómetros, e onde os estudantes têm dificuldades na sua mobilidade, obstaculizando a sua participação ativa na vida quotidiana desta e no próprio desenvolvimento socioeconómico. Esta escola encontra-se atualmente em dificuldades.

Gostaria de ser elucidado sobre a residência estudantil, sei que o IPC tem aprovação de verba no PRR, para a sua construção. Para quando se prevê o arranque desta obra?

Muito obrigado!”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente às questões colocadas pelo cidadão João Rogério Veloso, no que diz respeito ao novo edifício da ESTGOH, cumpre-me informar que quanto à localização ela será, de acordo com o diálogo entre as partes, entenda-se a direção da ESTGOH e a direção do IPC, no Centro da Cidade e obviamente aproveitando as dinâmicas urbanas e toda a revitalização da cidade que a escola vai beneficiar. A Escola também vai beneficiar o dinamismo na cidade.

Dizer que, do ponto de vista prático, está um projeto de arquitetura praticamente concluído, precisa apenas de umas afinações, e assim que seja entregue na Câmara Municipal será marcada uma reunião para apresentação do mesmo à Sra. Presidente da ESTGOH e respetiva Direção e ao Sr. Presidente do IPC- Instituto Politécnico de Coimbra e à Direção do IPC. O projeto será apresentado, será dialogado e chegaremos a um consenso relativamente à sua versão final e assim que estiver validado pelas partes vamos avançar para o processo de financiamento, seja no PRR, se houver linha de financiamento, seja no Portugal 2030, e, aqui, abrem-se um leque de possibilidades. Portanto, do ponto de vista programático, é isto que temos previsto.

Relativamente à residência de estudantes, o IPC tem um projeto sinalizado e aprovado no PRR para a criação de uma unidade de alojamento estudantil em Oliveira do Hospital. Foi-me dado conhecimento que foi publicado no *site* da Direção Geral do Património a abertura de concurso para a captação de imóveis e interesse para o desenvolvimento da solução habitacional ou seja, um edifício a escolher.

Neste momento, não sei se já terminou esse prazo, em que os operadores colocariam no mercado os edifícios com aquelas características e com aquela capacidade, estamos a falar de alojamento para cem estudantes, e posteriormente será feito o projeto de arquitetura e especialidades e será lançado o concurso. O dono da obra é o IPC que fará os procedimentos concursais para a realização da obra, sendo que a mesma, e de acordo com a última conversa que tive com o Presidente do IPC, o projeto terá que ser desenvolvido no período de vigência e elegibilidade do PRR.”

De seguida foram iniciadas as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Ferreira da Cruz Loureiro que fez a seguinte intervenção:

“O assunto que me traz aqui é um assunto que tem sido debatido e falado nas redes sociais nas últimas horas. Temos que dizer que o Concelho de Oliveira do Hospital focou mais pobre, o Vale do Alva e Alvôco perdeu a qualidade de ouro. Depois de Avô, desta vez, e depois de cerca de uma dezena de anos, a Praia Fluvial de Alvôco perdeu a Bandeira de Ouro. É um desperdício para os nossos vales e uma perda para todos nós porque a Bandeira de Ouro era um símbolo para atrair turistas.

Acredito que o Sr. Presidente da Câmara Municipal irá tentar reverter a situação tentando dentro dos órgãos legais porque da informação que temos a

atribuição desta bandeira também tem a ver com a qualidade da água e essa qualidade depende das condições climatéricas que temos e por isso o caudal do rio baixou. Esperamos que o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os restantes Vereadores façam o melhor para que essa situação seja invertida.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada Sónia Alexandra Guerra Veloso que fez a seguinte intervenção:

“A comemoração do 25 de Abril em Oliveira do Hospital - O quadragésimo nono aniversário do Dia da Liberdade, trazido pela Revolução dos Cravos, é assinalado pelo Município com um vasto programa de iniciativas de grande qualidade, diversidade e dinamismo.

Esta data tão importante e um marco na nossa História é celebrada e vivida no Concelho de forma viva e entusiasta.

Durante todo o mês de Abril é-nos oferecida uma panóplia de iniciativas diversificadas, culturais e cívicas, onde se destaca a música, os concertos, clubes de leitura, as exposições temáticas e artes plásticas, atividades educativas, desportivas e associativas. Saliento que está a ser um programa rico que contempla todas as faixas etárias e destaque, entre algumas, a Quinta Bienal Internacional de Arte de Gaia 2023, exposições temáticas nas Bibliotecas Municipais e Escolares, concerto concelhio de filarmónicas, pintura de mural por crianças, projeto “Lar na Biblioteca”, Caminhada da Liberdade, peças de teatro, estreia do filme Serpentina.

Este programa alargado e diversificado das cerimónias comemorativas do 25 de Abril, foi minuciosamente divulgado nos vários órgãos de comunicação social e redes sociais, o que permitiu uma enorme afluência de público. Digamos que o povo saiu à rua para evocar os valores de Abril.

Congratulo o Sr. Presidente da Câmara Municipal e seu Executivo, por esta oferta cultural, que honra e enaltece os quarenta e nove anos da Revolução, e porque importa cada vez mais valorizar os Princípios da Liberdade e da Democracia, comemorando e preservando os valores e as conquistas de Abril.

Obrigada!”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Quero registar a ausência da Comunicação social, bem como, a ausência de público, o que nos deve levar a refletir a todos, enquanto agentes políticos. Estas Assembleias Municipais cada vez mais são menos participadas e, por isso,

todos devemos refletir e em primeiro lugar o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

Trago três felicitações: Aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital pelos seus cento e um anos de existência, à inauguração do novo Parque de Estacionamento de Autocaravanas e às duas empresas Gazela do nosso Concelho.

Em sentido inverso, e também já foi abordado pelo meu colega José Ferreira, gostaríamos de lamentar a perda da Bandeira Azul na Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas aliás, a única que ainda restava no nosso Concelho, e sendo estas praias um dos principais pontos de atração turísticos não podemos ficar de braços cruzados e referir que os outros Municípios também perderam as suas bandeiras e tudo isto precede a um apertar de critérios. Gostaríamos que fossem tomadas algumas diligências mais do que apenas simples palavras de circunstância, Sr. Presidente da Câmara Municipal. E é bom que façamos todos a nossa parte para que o mais rapidamente possível seja repostos este galardão de reconhecimento das nossas Praias Fluviais.

Relativamente à quantidade de Prémios Gazela também aqui registar que já tivemos melhores dias no nosso Concelho quanto à quantidade destes prémios nas nossas empresas.

Por falar em empresas, aproveito para trazer, aqui, um tópico que foi abordado na última Assembleia Municipal mas que, infelizmente, ficou sem resposta, pelo que, voltamos a insistir: Foi-nos prometido um Conselho Municipal para a Economia, um Simplex local, a Via Verde Investe, um conceito de Centro Comercial Digital, e gostaríamos de saber em que ponto estão estes processos?

Foi-nos prometido, ainda, um programa dinâmico para a captação de investidores e de impressas. Gostaríamos de saber, também, quantas empresas é que já foram efetivamente captadas?

Dito, isto, gostaríamos também de ser esclarecidos relativamente a três tópicos diferentes: O primeiro tem a ver com o ponto de situação em que se encontra o processo da Casa Amarela, na Bobadela, uma obra que deveria estar pronta desde meados de agosto do ano passado mas, na verdade, aquele espaço encontra-se fechado e sem ser posto ao serviço dos Oliveirenses. E para quando o prolongamento da ciclovia existente até à Freguesia da Bobadela? Pensamos que seria uma mais-valia aproximar o Centro Urbano a esta Freguesia.

O segundo tópico tem a ver com um assunto que trouxemos, aqui, em sede de Assembleia Municipal em 2017, portanto, já vai com cerca de cinco

anos, e tem a ver com a requalificação da Av. Dr. António Amaral, nomeadamente com a criação de um passeio pedonal com ciclovia que ligasse a Catraia até ao perímetro Urbano. Gostaríamos de, mais uma vez, defender esta obra como uma prioridade que o Concelho devia ter porque esta obra para além de ser estruturante a vários níveis, quer ao nível de segurança, quer ao nível de ordenamento, é também uma porta de entrada na cidade e, portanto, achamos que seria uma mais-valia essa requalificação.

Finalmente, gostaríamos de saber em que ponto estão as obras junto ao Tribunal? Constatámos que estas obras, pelo que aparentam, estão paradas e gostaríamos de saber se esta paragem é apenas momentânea ou preparamo-nos para ter mais uma “obra da Santa Engrácia” como muitas que por aí estão no nosso Concelho?

Mesmo para finalizar, gostaríamos de deixar aqui, uma vez mais, uma proposta para que pudesse ser tida em conta por parte do Executivo. Esta proposta vai no sentido de serem criadas as condições para que sejam disponibilizadas consultas gratuitas de psicologia para situações sinalizadas e que demonstrem alguma vulnerabilidade social, por forma a fazer face a graves situações generalizadas, quer pessoais, quer a nível familiar, relacionadas com a saúde mental, onde, como é sabido, uma intervenção de natureza psicoterapêutica se revela muito importante.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Jorge Marques Figueiredo que fez a seguinte intervenção:

“Venho expressar aqui o louvor às três empresas do Concelho de Oliveira do Hospital, que no passado dia dezanove, foram galardoadas com o prémio Empresas Gazela 2022, pela CCDRC: A ABTEC - Atividades Construção Civil, Lda, Etapas Espontâneas Construções, Unipessoal, Lda e uma outra empresa que não autorizou a sua divulgação.

Os critérios da CCDRC foram os seguintes: Empresas constituídas a partir de 2013 e com sede na região centro; Que empregassem pelo menos dez trabalhadores em 2021; Possuir faturação igual ou superior a quinhentos mil euros em 2021; Apresentar crescimentos do volume de negócios superiores a 20 % ao ano em 2019, 2020 e 2021.

Em toda a Região Centro foram galardoadas cento e quatro empresas, espalhadas por quarenta e nove municípios, sendo que o nosso Concelho, está nos lugares cimeiros com mais Empresas Gazela, ao nível de capitais de distrito

como Castelo Branco e Guarda, e à frente de Municípios como, por exemplo, a Figueira da Foz, Cantanhede, Penacova ou Abrantes, entre outros.

Isto é demonstrativo da resiliência dos nossos empresários e da sua capacidade de crescer e gerar riqueza para o nosso Concelho e afirmarem-se na Região e no País.

Vale a pena investir em Oliveira do Hospital, daí a aposta do Município no alargamento e modernização da Zona Industrial e da atração de investimento para a Zona Industrial da Cordinha.

E, por falar nisso, foi com satisfação que ouvi, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, na Sessão do 25 de Abril, anunciar a vinda de uma empresa de base tecnológica, a instalar-se na Zona Industrial da Cordinha. É um sinal que o interior também gera riqueza e também atrai empresas qualificadas.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa que fez a seguinte intervenção:

“Hoje venho falar-vos de uma cor de Abril. Não é o vermelho dos cravos da revolução, não é o verde da esperança mas, sim, do azul.

A Campanha do Laço Azul, prevenção dos maus tratos na infância. Uma iniciativa promovida pelo pelouro do desporto, associando-se à campanha nacional do mês da prevenção dos maus tratos na infância, proposta pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

Esta iniciativa promovida pelo Município, teve ainda como parceiros, o Gabinete da CPCJ-Comissão de Proteção de Crianças e Jovens local, o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, Eptoliva, Fundação Aurélio Amaro Dinis e a Obra D. Josefina da Fonseca.

Como é fundamental estender estas iniciativas a um maior leque de entidades e parceiros, este ano, as Juntas e Uniões de Freguesias, foram convidadas a aderir a estas iniciativas, colocando Laços Azuis em locais de destaque nas suas aldeias, vilas e cidade, deste Concelho.

Paralelamente, foram decorrendo, durante este mês de Abril, atividades lúdicas, pedagógicas e desportivas, com o apoio das escolas, dos clubes, da comunidade associativa e IPSS-Instituições Particulares de Solidariedade Social.

No culminar das ações promovidas pelo Município realizou-se, hoje, uma caminhada de sensibilização, pretendendo despertar atenções para os

cuidados dos jovens e das crianças, finalizando no Largo Ribeiro do Amaral, com a formação de um gigante Laço Azul Humano.

Bem hajam pela iniciativa.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Trago uma Moção e também algumas questões que gostaria de transmitir à Assembleia Municipal.

Passo a ler a Moção: *“Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático - Comemoramos, por estes dias, o quadragésimo nono aniversário da Revolução Libertadora do 25 de Abril.*

*E nunca é demais lembrar que, em 25 de Abril de 1974, conquistámos a liberdade de pensamento e de expressão, a liberdade de discordarmos e respeitarmos os que pensam diferente, a liberdade de organização e também de luta pelos direitos. Luta por mais pão, luta por saúde, educação, trabalho digno e justiça para todos.*

*Comemorar Abril, é, também, afirmar uma das suas mais perenes e frutuosas conquistas, o Poder Local democrático, graças ao qual, as grandes cidades e as regiões mais recônditas, tiveram meios próprios para investir em infraestruturas essenciais para a qualidade de vida das populações, como a água ao domicílio, o saneamento básico, a expansão da rede elétrica, as vias de comunicação, que, em muitos casos, quebraram o isolamento de séculos.*

*Em 2024, assinalaremos meio século da Revolução dos Cravos. Cinquenta anos de avanços e recuos, mas com saldo francamente positivo na melhoria das condições de vida do povo e no desenvolvimento de Portugal.*

*Comemorar condignamente, essa data maior, torna-se um imperativo de consciência e de justiça, que os órgãos do poder local democrática devem saber honrar.*

*Para que as comemorações do quinquagésimo aniversário da Revolução de Abril, tenham a expressão pública que merecem no Município de Oliveira do Hospital, proponho à Assembleia Municipal que aprove a constituição de uma Comissão Unitária, liderada pelo Executivo Municipal, que inclua representações dos partidos políticos, das Freguesias, das escolas, das associações culturais e de recreio e de outras instituições sociais, que possam elaborar um programa variado e projetado no tempo, que enalteça os valores de Abril e as suas conquistas, que homenageie os lutadores pela liberdade e pela democracia do Concelho, que dinamize ações culturais e cívicas*

*culminando nas comemorações populares, em 25 de Abril de 2024, data do quinquagésimo aniversário do Dia da Liberdade.*

*Ao darmos visibilidade e dignidade às comemorações do quinquagésimo aniversário do 25 de Abril, estaremos a homenagear o espírito de serviço público que, há quarenta e oito anos, em dezembro de 1976, animou todos os candidatos e os que foram pela primeira vez eleitos e que tomaram nas suas mãos a condução das Freguesias, Câmaras Municipais e Assembleias Municipais.”.*

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Pergunto se há intervenções sobre estas Moção? Como não há intervenções passaríamos à votação.”

Efetuada a votação, a Moção - Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático, foi aprovada por maioria, com um voto contra e uma abstenção.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Quero sinalizar a realização da Feira da Primavera que foi preparada com o apoio do Sr. Vereador Nuno Oliveira e que constituiu uma significativa jornada de divulgação e afirmação dos valores ecológicos e ambientais. Arrancámos eucaliptos e plantámos cerca de setecentas árvores num hectare e meio de terreno. A participação das escolas enriqueceu profundamente esta iniciativa e as crianças deixaram um “bilhete de identidade” nas árvores de fruto que foram plantadas. A iniciativa chamou-se, crescer com as árvores. Creio que foi um momento muito significativo.

Foi pintado também um mural, houve atividade cultural com a Tuna de Santo António do Alva, houve momentos de gastronomia e também houve milagres. Houve o milagre presenciado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avô que foi visitar o Canteiro da Amizade e da Esperança e onde tinha plantado, no ano passado, um pinheiro manso, e chegou lá e encontrou uma cerejeira. Portanto, também há milagres em Meruge! Isto tem uma explicação: Algumas árvores secaram e foram substituídas e não se teve o cuidado de replantar as mesmas árvores onde tinham sido inicialmente postas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui para fazer a seguinte pergunta: Soube-se que houve um ataque informático aos serviços da Câmara Municipal. Quais foram os danos e se prejudicaram o normal desenvolvimento dos serviços?”

Quero valorizar o trabalho de todos os serviços, especialmente dos serviços de informática, para a resolução do problema.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Temos uma actividade cultural, em Oliveira do Hospital, que tem sido bastante dinâmica. Tem havido imensos eventos com qualidade e basta irmos às redes sociais para ver o que se tem feito em termos de cultura. Permitam-me destacar duas situações que acho que vão pôr o Concelho de Oliveira do Hospital para lá do Distrito e a nível do País e que têm passado as fronteiras do Concelho, e a partir do dia três de maio, com certeza que ainda mais. Refiro-me concretamente a duas situações: O telefilme *Serpentina*, que foi uma produção feita pela RTP, e que a Câmara Municipal, e muito bem, aproveitou. Este telefilme foi realizado pela Laura Seixas, foi um desafio que a RTP lançou a dez mulheres realizadoras para produzirem dez filmes em vários pontos do País e, muito bem, o Município soube trazer para aqui a rodagem deste filme. Quem já o viu, no dia dezassete de abril, em Lagares da Beira, no Centro Comunitário, que teve casa cheia, e alguns tiveram que ver o filme em pé, e penso que valeu o tempo que estiveram em pé.

No dia três de maio, pelas vinte e uma horas, em horário nobre, será exibido este filme na RTP1.

Queria também deixar aqui uma palavra de agradecimento para todos os figurantes e para as Juntas de Freguesia dos locais onde foi rodado este telefilme e que também colaboraram na execução das filmagens e participaram de uma forma muito positiva neste telefilme.

Também tivemos uma delegação de diversos atores na ante-estreia que se realizou no Centro Comunitário de Lagares da Beira e entre eles estavam o Salvador Nery, a Sónia Balacó, o Jorge Corrula, o Francisco Froes, o Eduardo Madeira, entre outros que fizeram parte do filme.

O outro evento que está a decorrer também no Centro Comunitário de Lagares da Beira é a Quinta Bienal Internacional de Gaia e que se realiza do

dia vinte e dois de abril ao dia dois de julho, exceto à segunda-feira. Esta exposição poderá ser visitada no Centro Comunitário de Lagares da Beira. É uma exposição que tem cerca de trinta e dois artistas e a maioria são Portugueses e tem também quatro artista da União Europeia e um artista da América do Sul. É uma exposição muito interessante e acho que vale a pena visitá-la.

Esta exposição também coloca Oliveira do Hospital no centro dos eventos internacionais de arte.

Acho que é uma exposição que vale a pena visitar.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Secretário da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Dr. João Miguel Santos Pais, que fez a seguinte intervenção:

“Esta é a minha primeira intervenção numa Assembleia Municipal em representação da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas e quero deixar aqui uma nota prévia: falamos de Abril, falamos de liberdade e falamos de democracia mas, mais do que isso, é preciso defendê-la e exercê-la e, isso, só se faz, com um discurso construtivo, com uma Assembleia Municipal pautada por valores e com uma discussão assertiva dos temas para o desígnio de todos nós do que é mais importante e que é Oliveira do Hospital.

Uma das mensagens que eu queria deixar é que aqui se construa o Concelho e que honremos quem vota em nós para os representarmos.

Depois, falar, obviamente, no tema que há quarenta e oito horas acaba por ser o maior tema de Oliveira do Hospital e que é a perda do galardão Bandeira Azul na Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas.

E certamente que estarão à espera que eu chegue aqui e diga qualquer coisa do género: Como será possível que as Juntas de Freguesias que não são do PS e perderem este galardão ou certamente que estão à espera que eu chegue aqui e diga como é que a Câmara Municipal previamente não está preparada para este assunto mas, não é, isso, que eu venho aqui fazer.

Não é isso porque para temas sensíveis as respostas não podem ser meramente trauliteiras. Para temas sensíveis a cooperação é fundamental e a cooperação e a comunicação serão pilares basilares nesta tarefa árdua que tem a Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas e o Município de Oliveira do Hospital em recuperar o galardão Bandeira Azul para a Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas.

Aquilo que é importante percebermos sobre este tema é não contra-informar, é perceber as causas deste tema, até porque acho que aqui há uma dicotomia grande porque popularmente o rio Alvôco é agraciado como um dos rios mais limpo da Europa, é o que toda a gente diz com orgulho e com toda a honra.

Agora, se é o rio mais limpo, ou não, não me cabe a mim dizê-lo porque não sou especialista nessas matérias, mas popularmente sempre o foi dito, e esta é a questão que hoje temos de discutir: Se é um dos rios mais limpos da Europa, como é que perdemos a Bandeira Azul? Será pelo caudal? Será pelos incêndios? Será a montante que estão os problemas? Não sabemos certamente a resposta factual mas, da parte da Junta de Freguesia, aquilo que eu posso dizer é que sempre preservámos, tal como a comunidade Alvocense, as nossas florestas, o nosso rio e o nosso ambiente.

O Executivo da Junta de Freguesia dará total apoio à Câmara Municipal para resolver e para diagnosticar quais são as causas, custe o que custar, mas acima de tudo, para voltarmos a candidatar-nos à Bandeira Azul.

Certamente que todos os presentes, os Oliveirenses e os que nos visitam de norte a sul do País não será pela falta da Bandeira Azul que não nos vão visitar porque em Alvôco há mais do que Bandeira Azul, há excelentes açudes, há excelentes pessoas e, essa, é a melhor forma de conviver com Alvôco das Várzeas neste momento.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. José Manuel Matias da Cruz, que fez a seguinte declaração de voto:

“Trago aqui três pontos. Um deles prende-se com a inauguração de mais um espaço designado de Camping-Car Parque do Mandanelho, que foi inaugurado na semana passada. Permitam-me que felicite o Executivo Municipal, em nome da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, por este espaço e que contemplou ainda a requalificação da zona envolvente e constituindo, assim, mais uma infraestruturas para o lazer. Sabemos que a prática do autocaravanismo está em pleno crescimento e quanto mais oferta tivermos mais pessoas tenderão a visitar-nos.

O outro tema refere-se às obras em curso, e já referi este tema na Assembleia Municipal anterior. Sabemos da quantidade de obras que estão em execução no Concelho, e particularmente na Freguesia que eu represento, e gostaria de saber qual é o ponto da situação, particularmente referente ao lote A

das obras da Zona Histórica de Oliveira do Hospital e sabendo eu que há pelo menos um constrangimento que surgiu no decorrer das obras.

No que respeita também às obras da Zona Histórica de Oliveira do Hospital, e ao lote requalificado anteriormente e que inclui um espaço denominado de Outeiro, devo dizer que fui questionado na última Assembleia de Freguesia sobre a retirada do fontenário aí existente e a consequente não reposição do mesmo, e sendo um ícone daquela zona, gostaria de saber o que está previsto sobre o mesmo?

Em relação às restantes obras peço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que nos dê mais alguma informação.

Há trinta anos proliferaram no País umas placas azuis informativas que identificam nos Concelhos, por exemplo, as Praias Fluviais, alojamentos, gastronomia. São placas informativas e restam-nos duas ou três no Concelho e estão em locais díspares. Não sei quem tem a jurisdição das mesmas. Queria solicitar à Câmara Municipal para ver o que se poderia fazer nesse aspeto e, se calhar, coloca-las nos acessos principais do Concelho para terem mais utilidade.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca que fez a seguinte intervenção:

“O que me traz aqui hoje tem a ver com as nossas Corporações dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital e de Lagares da Beira e com toda a entrega que eles fazem ao nosso Concelho.

Quero parabenizar os Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital pelo seu aniversário.

Adivinha-se um ano particularmente agressivo, particularmente quente e já sentimos um pouco a falta de água. Há pouco um Presidente de Junta de Freguesia falava que as nascentes já não trazem muita água. Todas estas condições podem dificultar o combate aos incêndios e, por isso, todos nós devemos ter medidas preventivas.

Quero dar uma palavra de reconhecimento à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital pelo esforço tremendo que está a fazer para dotar as nossas Corporações de Bombeiros com veículos e outros meios, num ano particularmente difícil.

Como sabemos, viemos de uma pandemia agreste, temos agora toda esta problemática da guerra na Europa e também todas as medidas fortes no custo de vida e que sobrecarregam fortemente a nossa Câmara Municipal.

O nosso Presidente da Câmara Municipal está atento e tem agraciado e conseguido meios para as nossas Corporações de Bombeiros.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“Tenho algumas perguntas para fazer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. Saber o que este Executivo está a pensar fazer porque eu ouvi dizer que os Oliveirenses iam ficar espantados com a utilização que ia ser dada aos edifícios do Parque dos Marmelos. Estou curioso em saber qual é a utilização e quando é que entra em vigor?

Também gostávamos de saber, o que vai ser feito ao Café Central, que continua fechado?

Depois, saber se já abriram concurso para o Bar das Piscinas?

Sr. Presidente, sobre as obras da Zona Industrial, não há máquinas, não há trabalhadores, parto do pressuposto que a obra está concluída. A estar concluída, não era bem aquela obra que nós idealizávamos. Portanto, diga-nos de sua justiça.

Depois, também os acessos ao Centro Escolar, já na última Assembleia falei nisso. Faltam os acessos ao Centro Escolar, falta o acesso do Centro Escolar à Zona Industrial e toda aquela envolvente. Estamos a menos de cinco meses da abertura do ano escolar. Saber o que é que o Sr. Presidente também tem a dizer sobre isto?

Depois, sobre as piscinas, o Sr. Presidente tinha falado, há muito tempo, que elas iam ser requalificadas no que diz respeito à requalificação energética. Queremos saber como é que está o processo?

Sobre o Estádio Municipal, também falou já algumas vezes que tinha um projeto. Queremos saber qual é a estratégia para o Estádio Municipal?

Relativamente, ainda, a obras: A Casa da Cultura. Segundo o que eu percebi, a obra era para estar concluída em meados de abril mas, se calhar, entendi mal e será abril de 2024. Agradecia, também, que o Sr. Presidente nos desse o *feedback* da Casa da Cultura.

Depois, relativamente à Festa do Queijo. Sr. Presidente, relativamente à Festa do Queijo, havia uma tenda localizada junto ao Cemitério velho, um local onde se serviam refeições. Eu andei a ver no Regulamento e o único enquadramento que eu encontro é o de tasquinhas e rulotes.

A minha pergunta é a seguinte; Quais os critérios de seleção para os expositores daquele espaço?

Depois, saber se aquele *stand*, à semelhança das tasquinhas e rulotes que havia e falava o regulamento no pagamento de uma taxa de quinze euros o metro quadrado. Saber se foi este critério ou se foi outro critério relativamente a esse stand?”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à Moção aqui apresentada pelo Presidente de Junta de Freguesia de Meruge, João Abreu, devo dizer que me congratulei com a aprovação dessa Moção. Faz todo o sentido que se comemore e que se comemore de forme digna os cinquenta anos do 25 de Abril de 1974. Lamento profundamente que essa Moção tenha sido aprovada com um voto contra e com uma abstenção. Pensei, ainda, que quem votou dessa forma viesse justificar a razão de ser de tal posição e gostaria que o tivesse feito porque vai ficar a dúvida pendente para sempre: Votaram contra porque são contra a comemoração dos cinquenta anos do 25 de Abril ou votaram contra a constituição da comissão? É importante qualificar isso! Porque comemorar os cinquenta anos do 25 de Abril é comemorar a razão de nós, hoje, estarmos, aqui, de termos sido eleitos e estarmos a representar o povo do Concelho de Oliveira do Hospital, os eleitores do Concelho de Oliveira do Hospital. E se, pelo menos, isso, não merece comemoração, então, mal estamos no País, mas, sobretudo, aqui, no Concelho. Era bom que ficasse clarificada essa questão!

Já que falamos em comemorações, também devo dizer-vos que me parece fundamental e de bom-tom nesta sala abordar a comemoração dos cinquenta anos de fundação do Partido Socialista por uma razão muito simples, pela importância que Oliveira do Hospital teve nessa mesma fundação, porque se a fundação ocorreu na Alemanha, como efectivamente ocorreu, e formalmente ela ocorreu na Alemanha, em Oliveira do Hospital, algum tempo antes, já fez cinquenta anos, foi fundado o partido, ainda na clandestinidade, e era importante, é um marco histórico.

Podem não gostar do PS, como podem também não gostar do 25 de Abril, mas os marcos históricos são para ser invocados e a importância dos locais onde eles acontecem são para ser ressaltados.

Depois, uma pequena questão a propósito da Bandeira Azul: A Bandeira Azul obviamente é atribuída por uma fundação independente, a Fundação Bandeira Azul, que tem determinados requisitos, que vão desde o caudal, a qualidade, a vigilância, ou não, as infraestruturas de apoio, tudo e mais alguma

coisa. Obviamente que terá sido um somatório de coisas que fizeram com que Alvôco tenha perdido esse galardão.

Agora, Alvôco e o seu rio merecem e não tenho dúvidas que voltarão a ter a Bandeira Azul porque é de toda a justiça. Ainda, assim, acho que é importante que todos nós, aqui, enquanto eleitos do Concelho, fazermos uma declaração de princípio. Não é a Bandeira Azul que atribui qualidade seja à Praia Fluvial de Alvôco e aos seus açudes, seja à Praia Fluvial de Avô, seja a qualquer outra Praia Fluvial do nosso Concelho ou dos Concelhos limítrofes. Essa qualidade é dada pelas condições naturais e pelas pessoas e essas continuam a ser as mesmas. Estamos cá e cá estaremos de novo para içar essa Bandeira Azul.

Por fim, faria uma questão ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, e que tem a ver e entronca um pouco naquilo que foi também a intervenção do público. A intervenção do público teve uma referência à residência estudantil que eventualmente poderá vir a surgir em Oliveira do Hospital, por iniciativa do IPC, e obviamente que temos aqui uma questão e que é a questão da habitação. A habitação, todos sabem, hoje, que é um problema nacional, é um problema que se vive de forma mais grave nos grandes centros mas curiosamente nas cidades e nas vilas onde há Ensino Superior agrava-se. E todos sabemos o que tem acontecido no País aquando das inscrições nas universidades e da dificuldade das famílias para suportarem os custos da habitação dos estudantes que estão deslocados. A habitação estudantil é obviamente uma parte do problema mas, o todo, também necessita de reflexão.

Aquilo que eu gostaria de saber, e sendo sabedor da preocupação que o Município tem com a questão da habitação, nomeadamente com os diversos planos que existem vocacionados para esse tipo de dificuldades e para essa área, nomeadamente o programa Casa Digna, gostaria de saber qual é efetivamente a preocupação do Município em relação a isso e quais são as medidas que pretendem tomar para tentar minorar esse problema?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Trago só dois temas para referir, um deles vem um pouco no seguimento daquilo que o Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, João Abreu, há pouco aqui apresentou na Moção sobre o 25 de Abril e umas comemorações

cinquentenárias, para o ano que vem, desta grande data para o nosso País e para todos nós.

Estou plenamente de acordo com essa Moção, votei favoravelmente, e também faço um apelo, tal como ele fez na Moção, para que o Executivo se possa entretanto reunir com essa tal dita comissão a criar para que realmente para além de todos os anos que temos comemorado o 25 de Abril, pelo menos no tempo do Executivo anterior e também deste, se bem que anteriormente isso estava a cair em desuso e no esquecimento dos Oliveirenses e por parte particularmente do Executivo Municipal anterior.

25 de Abril, sempre! E temos que relembrar cada vez com mais força o que foi e o que representa essa data para o nosso País. Foi exatamente por essa data, como foi dito, que nós, hoje, podemos estar aqui de uma forma livre e aberta a aplaudir, a criticar, a tomarmos as opções que cada um de nós entender sobre todas as possíveis matérias para o Concelho e que lá fora, na rua, igualmente não tenhamos o problema de ter que estar a espreitar por cima do ombro quando falamos para ver se alguém nos está a ouvir, como aquilo que se passava dantes, e correndo o risco de ir parar a uma prisão.

Portanto, 25 de Abril, é realmente uma data que será sempre, e cada vez mais, até porque há por aí alguns arremedos de partidos que parece que pretendem voltar com o tempo para trás e obviamente que os democratas, e penso que todos nós que estamos aqui, não podemos de forma alguma autorizar que isso aconteça. Está nas nossas mãos cada vez mais defender a democracia deste País, defender o 25 de Abril e os valores que todos nós ansiámos.

Sr. Presidente, acho que cinquenta anos é uma data histórica para o 25 de Abril e que deve ter umas comemorações especiais no Concelho de Oliveira do Hospital.

Houve aqui um pedido de esclarecimento sobre o que se passou na Festa do Queijo: Penso que ninguém terá dúvidas que foi da maior importância a Feira do Queijo ter sido reavivada, porque foi o anterior Executivo que a reavivou e este Executivo está nessa senda e nessa continuação, porque a Feira do Queijo antes de 2009, e é preciso dizê-lo para quem possa ter eventualmente a memória curta, aquilo já não era Feira do Queijo, aquilo era um pequeno evento que durava uma manhã. Eu recordo-me bem disso porque não tenho a memória curta e ouvi muitas críticas, na altura, sobre aquilo que era designado como Feira do Queijo! É bom que não nos esqueçamos disso!

A Feira do Queijo transformou-se e veio dar uma grande visibilidade a Oliveira do Hospital e passou a ser a Festa do Queijo Serra da Estrela. E não há dúvida nenhuma que há aqui uma dinâmica, isto é inegável!

Houve aqui uma dinâmica durante estes últimos anos que transformou aquilo que era a Feira do Queijo e que passou a ser a Festa do Queijo Serra da Estrela em Oliveira do Hospital e é um evento de grande dimensão nacional e que traz muitos milhares de pessoas a Oliveira do Hospital.

Por isso, Sr. Presidente, acho que este Executivo continua de parabéns porque organizaram muito bem a Festa do Queijo Serra da Estrela, publicitaram muito bem a Festa do Queijo Serra da Estrela e, mais uma vez, Oliveira do Hospital esteve nas bocas e nos écrans do nosso País.

A Festa do Queijo Serra da Estrela proporcionou um bom negócio aos nossos produtores de queijo e o objectivo também é esse, é dar incentivos para continuarem a trabalhar mais e melhor.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Há uma pessoa que vemos, aqui, muitas vezes, e, há pouco tempo, deixou de ser correspondente da Comarca de Arganil.

Por isso, hoje, como Presidente da Assembleia Municipal, proponho um Voto de Louvor e Reconhecimento ao jornalista José Travassos de Vasconcelos, nesta fase da sua vida que se retira é a hora certa para o homenagear.

Homenagear um Arganilense mas com a sua origem no Concelho de Oliveira do Hospital. Os seus avós paternos eram originários da Moita, na Freguesia de Penalva de Alva, mas que na década de trinta foram viver para Arganil, onde se instalaram com uma pequena oficina de canasteiro.

Este Voto de Louvor e Reconhecimento tem a ver com o seu papel como jornalista e quando for lido o seu currículo vão descobrir um homem multifacetado, pastor, varredor da tipografia, tipografo, até ser jornalista e Chefe de Redação. Uma vida muito cheia e um querer inquebrantável.

Este homem acompanhou-nos em muitos momentos da vida Oliveirense, quer nas Sessões da Assembleia Municipal, quer em outros eventos, quer nas associações culturais e desportivas, nos bombeiros, nos ranchos, nas filarmónicas, nas IPSS, no grupo de cantares, e outros.

Poderíamos ressaltar, aqui, apenas um pormenor da vida de um homem simples mas com sentido de missão. As nossas Sessões da Assembleia Municipal, no primeiro mandato do meu Executivo como Presidente da Câmara

Municipal, realizavam-se à sexta-feira e começavam pelas vinte e uma horas, muitas vezes, acabavam na madrugada de sábado, e até me lembro de alguns Presidentes de Junta de Freguesia e alguns Deputados Municipais, cansados de um dia de trabalho, e a partir de uma determinada hora faziam um esforço enorme para ter os olhos abertos e, às vezes, adormeciam por momentos.

O Vasconcelos assistia a essas Sessões da Assembleia Municipal e não me lembro que se tenha ido embora antes delas terminarem, ele queria fazer a cobertura integral das mesmas e, muitas vezes, a sua esposa acompanhava-o, numa missão de sacrifício mas sobretudo de amor, porque tinha medo que ele no regresso a Arganil adormecesse e tivesse algum acidente e, por isso, neste Voto de Louvor e Reconhecimento vai englobado também, de forma indireta, um louvor à sua esposa.

Eu diria que A Comarca de Arganil ajudou muito a divulgar o Concelho de Oliveira do Hospital e toda a Beira Serra através de vários jornalistas e vários correspondentes locais mas, desde que fui eleito, foi da escrita de José Travassos de Vasconcelos e do seu espírito de teimosia em estar em tudo o que acontecia no nosso Concelho que muitos Oliveirenses, quer emigrantes, quer muitos que vivem em Lisboa, sabiam notícias das suas aldeias.

Para o jornalista Vasconcelos, os valores, como a procura da verdade, isenção, independência, transparência e interesse público, representam sobretudo uma disciplina, não são meras palavras ou conceitos mais, ou menos, abstractos, são exercícios permanentes do dia-a-dia do jornalista consagrados no Código Deontológico.

Amigo Vasconcelos, sabes bem que nunca te pedi nada e, por isso, não me deves nenhum favor, mas também sei que nunca me pediste nada para ti e, por isso, não te devo nenhum favor. Sou teu amigo, e tu és meu amigo, assim, como és amigo de tantas pessoas que estão nesta sala, como elas são tuas. Há um respeito enorme entre nós, e é bonito esse respeito, mas quero reafirmar que esta proposta de Voto de Louvor e Reconhecimento, nada tem a ver com amizade, tem apenas a ver com justiça.

Por isso, tenho muita honra em ser eu a propor, como Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, este voto e tenho a certeza que serei acompanhado neste voto por muitos elementos que constituem esta Assembleia Municipal.”

De seguida a Segunda Secretária da Mesa, Dra. Ana Marta Mendes Garcia, usou a palavra para ler a seguinte biografia:

*“José Travassos de Vasconcelos, nasce no bairro da Barreira, a dois passos do centro da vila de Arganil, a 23 de novembro de 1945. Ainda menino o moço começou a trabalhar como pastor, guardando umas cabras e ovelhas que o seu pai, antigo canastreiro, possuía.*

*Depois de sair da escola, em 1957, de que foi seu professor José Dias Coimbra.*

*De setembro a dezembro do mesmo ano foi ajudante cerâmico, pois trabalhou na Cerâmica da Portelinha, a carregar tijolos e telhas a sair das máquinas para as colocar a secar ao sol, e só depois eram transportadas para o forno.*

*No dia 2 de janeiro de 1958 entrou para as oficinas do Jornal de Arganil e saiu em 2006. Mas antes, depois de todos saírem após as horas de trabalho, ficava a varrer as oficinas, aprendiz e oficial de tipógrafo e encadernador.*

*Com a Carteira Profissional de Tipógrafo, cujo exame ocorreu em Coimbra, nos baixos da Câmara Municipal, a prova escrita e a prova prática na Gráfica do Seminário, onde eram impressos todos os jornais paroquiais da região.*

*No início da década de 80, obteve a Carteira Profissional de Jornalista, apenas com a quarta classe, cuja responsabilidade de deveu ao então proprietário do Jornal de Arganil, Eng.º João Oliveira, que depois o “obrigou” a exercer o cargo de Chefe de Redação.*

*Saindo dali, foi convidado pelo Presidente da Câmara Municipal de Arganil, na altura o Eng.º Ricardo Pereira Alves, a fim de colaborar no Boletim Municipal, onde esteve de 2007 a 2008.*

*Passando um ano em branco, foi convidado nos finais de dezembro de 2009, pelo Prof. José Dias Coimbra, para fazer parte do elenco jornalístico de A Comarca de Arganil, onde se manteve até há pouco tempo, depois de ter adquirido o título deste jornal que se encontrava em insolvência no Tribunal de Arganil.*

*Mas antes, de 1967 a 1969, percorreu o sertão africano, em missão de soberania, concretamente em Moçambique, como telegrafista (Distritos de Cabo Delgado, Tete e Manica e Sofala). Ali, sobretudo em Montepuez, ainda chegou a ser professor em termos de ditados e redações, para que alguns indígenas e camaradas, que não tinham a quarta classe, a tirassem, para depois obterem a Carta de Condução.*

*Já em Tete, num ato de amizade, foi no lugar de um colega de Olhão, para uma operação em Gago Coutinho, fronteira com a Zâmbia, com receio de*

*não poder ver já a esposa e duas filhas, no seu regresso. Andou por lá mais de quinze dias, sem a sua família nada saber dele.*

*Em termos associativos, faz parte das seguintes instituições locais: Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária de Arganil; Grupo Desportivo Argus; Filarmónica Arganilense (mais de trinta anos); Bombeiros Voluntários Argus; Coro da Paróquia de Arganil, do tempo do saudoso Prof. José Ramos Mendes; Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Arganil e da Casa da Comarca de Arganil.*

*Atualmente faz parte da Associação dos Combatentes do Concelho de Arganil, do Núcleo Sportinguista do Concelho de Arganil e foi ainda membro da Delegação da Comissão Melhoramentos de Meda de Mouros.*

*Já foi distinguido por três vezes, com gestos de gratidão: Um em Abril de 2008, quando saiu do Jornal de Arganil, organizada por uma comissão, cujo almoço de convívio, realizado no Gimnodesportivo do Sarzedo, reuniu mais de quinhentas pessoas;*

*No mesmo ano, em Outubro, foi a União e Progresso do Barril do Alva que atribuiu, entre outros Barrilenses, o seu nome ao prémio que distinguiu o melhor aluno, a nível Concelhio da Escola Secundária de Arganil;*

*E ainda foi distinguido pelo Clube Rotário de Oliveira do Hospital, que o premiou em janeiro de 2017, com o galardão Profissional do Ano.*

*Anote-se que tem raízes na Freguesia de Penalva de Alva, mais propriamente na Moita, pois os seus avós paternos vieram na década de trinta para Arganil, onde se instalaram com uma pequena oficina de canasteiro.*

*Como os tipógrafos da altura, que compunham o jornal manualmente, de letra a letra, podiam ser jornalistas, já que ainda licenciaturas não existiam nessa altura e foi por isso que a direção do Jornal de Arganil, através do seu administrador Eng.º João Oliveira, lhe entregou a Carteira Profissional de Jornalista, no início da década de oitenta e lhe confiou toda a responsabilidade da orientação do jornal como chefe de redação, até 2006, altura em que se retira, já na qualidade de reformado.*

*Durante todos estes anos percorre toda a Beira Serra e não só, fosse de dia ou de noite.*

*E, por isso, como um dia disse o hoje Presidente Francisco Rolo, para alguns colegas, “o Vasconcelos merecia que lhe fossem colocadas placas em toda a Beira Serra, com a legenda: Por aqui passou o Vasconcelos”, enquanto o Presidente da altura da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, no final*

*de um almoço de obras inauguradas, numa localidade, afirmou: “Vasconcelos só há um, o da Comarca e mais nenhum.”*

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Quero contar-vos duas pequenas histórias do Vasconcelos. Como disse no outro dia já aqui estou há umas dezenas largas de anos e o Vasconcelos, desde 1979, raramente faltou a uma Sessão da Assembleia Municipal e, como disse o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, saía daqui às tantas da manhã e não foi só desde o início do mandato do Sr. Presidente José Carlos Alexandrino. Lembro-me que havia Sessões da Assembleia Municipal que começavam às vinte e uma horas de sexta-feira e acabavam às cinco horas da manhã de sábado e o Vasconcelos não saía daqui.

É uma honra ter convivido com ele durante todos estes anos e acho que esta homenagem que esta Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital lhe vai fazer é muito merecida.

Obrigado, Vasconcelos, por teres feito sempre notícias de Oliveira do Hospital. O Vasconcelos merece uma grande salva de palmas.”

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, o Voto de Louvor e Reconhecimento ao jornalista José Travassos de Vasconcelos, foi aprovado com 31 votos a favor.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Vou responder às perguntas efetuadas no Período de Antes da Ordem do Dia e começava pela questão colocada e resultante de uma Moção, aprovada por maioria nesta Assembleia Municipal, relativa ao 25 de Abril.

Ainda bem que o 25 de Abril se comemora em Oliveira do Hospital. Acho que não era positivo não haver comemorações oficiais que envolvessem o Município e envolvessem a comunidade. Ainda bem que em Oliveira do Hospital se fazem comemorações oficiais do 25 de Abril envolvendo os Órgãos Municipais, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, envolvendo as Juntas de Freguesia, envolvendo também as colectividades culturais, as escolas e aberta à comunidade, inclusivamente com momentos de comemoração que tomaram lugar no espaço público, como o Largo Ribeiro do Amaral e, na minha

opinião, é o espaço ideal para se comemorar o 25 de Abril porque a liberdade comemora-se e celebra-se em plenitude na rua.

Relativamente à Comissão, dizer ao Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Meruge, João Abreu, que veio ao encontro daquilo que era intenção do Executivo, precisamente criar uma Comissão que terá que reunir e terão que ser escolhidos os constituintes, representantes de todos os partidos, representantes da sociedade civil. Uma Comissão que prepare as comemorações dos cinquenta anos do 25 de Abril a realizar em 2024. Comemorações que não sejam só no dia 25 de Abril e que tenhamos um ano de 2024 dedicado às comemorações dos cinquenta anos da Revolução da Liberdade da Democracia e da Cidadania.

Acho que esta Assembleia Municipal esteve bem ao aprovar a criação desta Comissão.

Naturalmente que eu acompanho o Voto de Louvor e Reconhecimento ao jornalista José Travassos de Vasconcelos, é um homem que de facto marca a Comunicação Social na Região, é um homem que calcorreava a Região de Oliveira do Hospital até à Pampilhosa da Serra e da Pampilhosa da Serra até Penacova, acho que não deve ter havido lugar na Beira Serra que o José Vasconcelos, fosse como jornalista do Jornal de Arganil, fosse como jornalista da Comarca de Arganil, não tivesse estado a cobrir eventos, a cobrir iniciativas. Aliás, sou daqueles que acredita, e uma vez deixei-o plasmado num contributo do Centenário da Comarca de Arganil, que não é possível fazer a história desta Região sem usar o espólio e o repositório de mais de cem anos de publicações da Comarca de Arganil e felizmente o José Vasconcelos contribuiu ativamente, primeiro no Jornal de Arganil e depois na Comarca de Arganil, para ajudar a fazer a história dos eventos, das inaugurações e das iniciativas na nossa Região.

Relativamente às questões colocadas sobre a programação cultural: A programação cultural do Concelho e também do Município e que se articula com a programação das colectividades tem sido rica. Tem sido rica neste período de celebração das comemorações do 25 de Abril, foi o filme *Serpentina*, foi a extensão da Quinta Bienal Internacional de Artes de Gaia, foi a arte na rua, foi o teatro em Meruge, com o Grupo de Teatro do Montemuro, é bonito ver uma sala cheia. Acho que a programação cultural tem sido diversificada e joga muito com a conjugação de esforços entre o Município e as colectividades, o Município e as Juntas de Freguesia, e, no seu conjunto, conseguimos ter uma programação bastante intensa e bastante diversificada ao longo do ano. Naturalmente que haverá mais diversidade e haverá mais oferta cultural quando tivermos disponível a Cada da Cultura César Oliveira.

Sobre o tema dedicado às Empresas Gazela: De facto foram três empresas agraciadas, esteve bem o Sr. Deputado Ricardo Figueiredo quando lhes fez referência. O Município de Oliveira do Hospital aprovou, por unanimidade, um Voto de Louvor e Reconhecimento a estas três empresas que demonstram o dinamismo das empresas em crescimento rápido, em termos de volume de negócios, em termos de número de postos de trabalho criados e em termos de exportações. São três empresas de Oliveira do Hospital e uma das empresas não quis o seu nome divulgado. São três empresas premiadas e, isso, faz-nos estar ao nível de outros Concelhos: Com três impressas premiadas temos os Concelhos de Castelo Branco, Oliveira do Hospital e Vagos; O Concelho de Águeda com quatro empresas premiadas; O Distrito de Aveiro tem seis empresas premiadas; O Distrito de Leiria e o Distrito de Viseu têm nove empresas premiadas; O Distrito de Coimbra e o Distrito de Ovar têm cinco empresas premiadas.

Portanto, O Concelho de Oliveira do Hospital não me parece mal representado, apesar das palavras que ouvi, porque tem premiadas três empresas que têm crescimento acelerado e que foram avaliadas de acordo com os critérios da CCDR mas, cada um tem a sua opinião, não temos problemas nenhuns em comparar a dinâmica empresarial do Concelho de Oliveira do Hospital. Agraciamos as Empresas PME-Líder, as Empresas PME-Excelência e, hoje, agraciamos as empresas PME-Gazela mas também agraciamos todos aqueles que investem e criam emprego e, muitas vezes, não têm qualquer galardão. Não me parece que fique bem depreciar e menosprezar sistematicamente aquilo que é o trabalho, a afirmação e o reconhecimento que essas empresas obtêm de entidades independentes porque essas empresas são escrutinadas e são avaliadas.

Relativamente às questões sobre as obras em curso, dar-vos a seguinte informação: Sobre a obra de requalificação da Zona Histórica referente ao Lote B, que diz respeito ao Largo do Outeiro, dizer que o fontenário está a ser recuperado e será colocado o mais brevemente possível. Ontem, e porque andei a visitar as obras da Zona Histórica, os moradores até me pediram para colocar o fontenário antes das comemorações do dia de São João. Portanto, se houver condições de recolocar o fontenário no Largo do Outeiro até ao período do São João, acho que era justo e era um momento simbólico para ser recolocado.

Relativamente à questão colocada sobre as obras de requalificação da Zona Histórica no Lote A, dizer-vos o seguinte: A obra no Lote A está parcialmente suspensa porque foram encontradas peças arqueológicas e foram

encetados os processos de avaliação, foram feitas escavações e foram feitos os trabalhos de peritagem arqueológica. O processo tem sido conduzido pela Sra. Vereadora, Graça Brito, junto da Direção Regional de Cultura e acompanhado pelos respetivos arqueólogos. O que lá está são as paredes da antiga Casa de Cima, o edifício foi arrasado nos anos sessenta para construir o Palácio da Justiça, e é entendimento da arqueologia que aqueles achados têm que ser mapeados e identificados.

Eu entrei em diálogo com o Sr. Arqueólogo tentando agilizar o processo mas o processo passa pela validação da Direção Regional da Cultura e, por isso, suspendeu-se esta frente de obra. A outra frente de obra está na Av. Desembargador Vasconcelos Cabral, Junto à Casa Museu, e ainda hoje se ouviam as máquinas a fazer o levantamento do pavimento. Este é o ponto de situação relativamente às obras de requalificação da Zona Histórica no Lote A. Dizer ainda que, relativamente às obras junto do Tribunal, terá que haver uma alteração ao projeto de arquitetura, porque assim obriga a Direção Regional de Cultura, para que a obra possa prosseguir.

Relativamente à Casa da Cultura e à refuncionalização do edifício do Colégio Brás Garcia de Marcarenhas, algumas perguntas são previamente percetíveis e obviamente tive uma reunião, hoje, com o responsável da Divisão de Obras e Infraestrutura Municipais. A obra está dentro do prazo e prevê-se a sua conclusão em maio de 2023. As obras vão concluir-se dentro do prazo e entretanto está para ser instalado pela E-Redes um Posto de Transformação que irá alimentar todo o edifício e serão feitos os ensaios de todos os equipamentos.

Relativamente à obra da Zona Industrial de Oliveira do Hospital: A obra não está abandonada. Esta semana foi-nos comunicado pela E-Redes que a data para a retirada dos postes será na última semana de maio e, depois, será feita a pavimentação da via.

Relativamente ao Centro Municipal de Proteção Civil: A obra está acima dos 30 % de execução financeira e a breve trecho chegará aos 50 %. Aliás, aquilo que está neste momento para medição dará já 50 % de execução de obra.

Relativamente ao Campus Educativo dizer que a obra está a decorrer, tem um prazo aprovado para a sua conclusão em junho de 2023, é assim que está acordado com o empreiteiro, tem uma taxa de execução de 57 %. Há reuniões quinzenais de acompanhamento com o empreiteiro, com a fiscalização externa que acompanha a obra e também com a participação do técnico responsável da Câmara Municipal, Eng.º Fernando Vicente, e acompanhamento da Sra. Vereadora, Graça Brito.

Relativamente à outra questão colocada sobre os acessos: Neste momento estamos a concluir o projeto das acessibilidades e o mais rapidamente possível será lançado o concurso para a execução dos acessos ao Campus Educativo.

Relativamente à Estrada Chão Sobral/ Tapadas: A obra está a decorrer a um bom ritmo e de acordo com o plano de trabalhos e vamos introduzir algumas melhorias neste traçado para criar uma via turística panorâmica e serão criados elementos, desde leitores de paisagem e até espaços de miradouro, que não façam disparar custos mas que valorizem aquele traçado que tem uma vista fantástica sobre o Vale de Alvôco das Várzeas.

Relativamente às obras com financiamento comunitário, informar esta Assembleia Municipal que, de acordo com os dados de vinte e oito de abril de 2021, o investimento da Câmara Municipal é de quatro milhões setecentos e dois mil quatrocentos e treze euros e setenta e quatro cêntimos em todas as obras com financiamento comunitário, e algumas delas já concluídas, e tem investidos seiscentos e sessenta mil euros em obras sem financiamento comunitário, ou seja, obras financiadas através do Orçamento Municipal. Isto quer dizer que temos um investimento feito de cinco milhões trezentos e sessenta e dois mil euros em obras, quer financiadas pelo Orçamento Municipal, quer financiadas através do Programa Operacional para a Região Centro ou do Pacto da CIM para a Região de Coimbra.

Relativamente à questão colocada sobre a Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas, apetece-me dizer isto: O problema, de facto, não é a água, o problema é mesmo a bandeira, porque 95 % das análises dão a água como ótima mas o problema é a oscilação de algumas análises e, isso, é que fez com que o galardão não fosse atribuído.

A Associação Bandeira Azul da Europa e a atribuição do galardão Bandeira Azul começou em 1987. Tenho aqui alguns dados: Em 2006, a água era boa; Em 2007, a água era boa; Em 2008, a água era boa; Em 2009, a água era boa; Em 2010, a água era aceitável; Em 2011, a água era boa; Em 2012, a água era boa; de 2013 até 2021 a água foi excelente.

Foi dito pelo Sr. Presidente da ABAE-Associação Bandeira Azul da Europa que este ano houve menos praias no interior galardoadas tendo em conta a seca e os incêndios ocorridos em 2022.

Também não serve de nada dizer que Arganil, infelizmente, perdeu a Bandeira Azul no Piódão e em Côja e que na Lousã, na Senhora da Piedade, também perdeu a Bandeira Azul.

Também é verdade que os fogos do passado verão na Serra da Estrela têm impactos em todos os vales e, neste caso, no Vale do Alva e no Vale do Alvôco, e obviamente produziu as suas consequências. Mas este tipo de explicações não é aquilo que quem colocou as questões quer. O que quer saber é o que a Câmara Municipal vai fazer ou o que a Câmara Municipal já está a fazer.

Aproveito para vos informar que o Município de Oliveira do Hospital tem um ciclo de recolha de análises de julho a agosto, são trinta e duas análises feitas, mais as análises da Agência Portuguesa do Ambiente e, dessas análises do Município, 95 % dão a água como excelente mas há alguma oscilação em algumas análises e, essa oscilação é que fez perder a Bandeira Azul e, garantivos que não foi o Presidente da Câmara Municipal que alterou as qualidades da água, nem o Presidente da Câmara Municipal está satisfeito porque a ABAE não nos atribuiu a Bandeira Azul, e que isso fique claro!

Quando fizemos a simulação na plataforma já sabíamos que havia fortes riscos de não nos ser atribuída a Bandeira Azul e, por isso, reunimos com a Sra. Presidente da Junta de Freguesia e demos conta da situação e criámos um grupo de trabalho com técnicos da Câmara Municipal, com técnicos da APdSE-Águas Públicas da Serra da Estrela e com a participação da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas para avaliar a razão para a qualidade da água se ter deteriorado. Vamos ver se é por ação humana, se é por questões de infraestruturas, ou por qualquer outra questão, ou se é pelas razões oficialmente invocadas, e que é o ano de seca, o baixo caudal, acumulação de detritos e a retenção das águas.

Portanto, não vale a pena especular, o que interessa é trabalharmos para corrigir e retomar o galardão.

E mais, há pouco foi falado no caso de Avô: As análises feitas no rio Alva dão a água como boa e ótima mas temos um problema com a ribeira de Pomares, e está ali o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avô, com quem temos dialogado muito sobre isto, e, isto, é uma questão premente que impacta negativamente a Praia Fluvial de Avô. Mas temos uma certeza, não vamos desistir de voltar a ter Bandeira Azul em Avô, nem vamos desistir de voltar a ter Bandeira Azul em Alvôco, isso, é certo!

Também aproveito para dizer que não é só a questão da água que conta. Conta também o Programa de Educação Ambiental que é escrupulosamente cumprido, as questões de segurança, nomeadamente a existência de Nadador Salvador, as questões de acessibilidade para pessoas com mobilidade

condicionada, um conjunto de serviços e toda a estrutura de apoio que sustenta e que define aquilo que é uma praia de águas interiores ou praias designadas

O que vou dizer pode incomodar mas é só para fazermos história: Quando chagámos à Câmara Municipal, em 2009, Oliveira do Hospital tinha zero praias designadas. Tinha vários espaços balneares mas praias designadas, inscritas e publicadas em Diário da República, existiam zero e, hoje, Oliveira do Hospital dispões de quatro praias classificadas e designadas formalmente e formalmente reconhecidas e publicadas em Diário da República, nomeadamente a Praia Fluvial de São Gião, a Praia Fluvial de São Sebastião da Feira, a Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas e a Praia Fluvial de Avô. Há outros espaços balneares, que também são usados para banhos, mas que não têm a designação formal de Praias Fluviais.

Isto foi um percurso feito que custa um investimento de seis mil euros em análises de água e é um investimento que não vamos deixar de fazer. Assim como também não vamos deixar de investir técnicos, tempo e dinheiro a verificar as condições e a corrigir aquilo que levou à não atribuição, por parte da ABAE e da APA, da Bandeira Azul a Alvôco.

Agora, para concluir, fazia um apelo ao sentido de responsabilidade coletiva. Todos queremos o sucesso das nossas praias, todos queremos o sucesso do nosso turismo, todos queremos o sucesso dos nosso operadores turísticos e é importante reconhecer-se que a Praia Fluvial de Alvôco tem 95 % de água reconhecida como excelente e, isso, é que é preciso comunicar, e não vamos afastar as pessoas, vamos é convidá-las a virem descobrir as nossas praias porque elas não têm água de má qualidade e têm maioritariamente água de excelente qualidade. Queremos cá muita gente a desfrutar dessas mesmas praias.

O Sr. Vice-Presidente, Nuno Oliveira acompanhou este processo também e passo-lhe a palavra para que possa acrescentar mais alguma informação.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Enquanto detentor do Pelouro do Ambiente mais do que tudo trazer, aqui, um esclarecimento até para ver, e conforme o Sr. Presidente já disse, a preocupação é a bandeira.

Congratulo-me com esta preocupação generalizada sobre a retirada da Bandeira Azul na Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas. Contudo, também dizer que não fiquemos só pelas palavras até porque, há nove anos, quando se falou

pela primeira vez na atribuição desta Bandeira Azul poucos deram real importância a esta conquista e, posteriormente, também lembrar o galardão da Bandeira da Qualidade de Ouro. Muitos disseram que a cerimónia de atribuição destes galardões serviu, apenas e só, para propagandear dois atos de escassa relevância, e conseqüentemente os seus intervenientes, candidaturas que até levadas à prática por uma equipa então liderada pelo que é hoje o nosso Presidente da Câmara Municipal.

Estranhamente, ou não, e infelizmente, a meu ver, até estes casos de mediatismo serve, hoje, por parte de alguns cidadão para se atingirem os objetivos que não os que interessam verdadeiramente salvaguardar. Isto é, neste caso, o de se voltar a hastear estas bandeiras em Alvôco das Várzeas ou em outra Praia Fluvial do nosso Concelho e de preferência o mais breve possível.

Sinceramente, deixemo-nos disso! Procuremos todos seguir um caminho mais saudável a todos os níveis. Opinar, sim, mas de forma sempre pedagógica, construtiva, séria e também responsável e com conhecimento de causa.

Dignemos o verdadeiro sentido da representatividade, penso que é isto que cada um deveria zelar diariamente ou principalmente quando temos o dever de representar quem nos elegeu, ou há aqui alguém, ou algum de nós, que não queira o melhor para o nosso Concelho.

Daí que, e para que então que se esclareça, dizer-vos que a avaliação para a atribuição da Bandeira Azul implica quatro critérios principais: Informação e educação ambiental; Qualidade da água; Gestão ambiental e equipamentos; Segura e serviços. Os quais são ainda divididos por trinta e quatro subcritérios e, destes, dizer-vos que a Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas cumpriu com trinta e três. O único que gerou uma avaliação não positiva foi o segundo critério, qualidade da água, em que o décimo subcritério que diz, cumprimento dos requisitos do Programa Bandeira Azul, no que respeita aos parâmetros das análises de água e após trinta e nove interações levadas a efeito pela APA, e conforme disse o Sr. Presidente, também trinta e duas por parte do Município, duas delas deram negativo. E aqui relevar uma coisa, uma delas em 2020 e outra em 2022. Isto é o seu valor superou o limite admissível numa de duas incidências que cada uma dessas análises tem.

Em suma, bastavam estas duas análises para que a ponderação na avaliação sofresse alterações implicando neste caso a não atribuição da Bandeira Azul para a Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas para o ano de 2023. Daí, saiba-se também que este décimo subcritério pondera o resultado das

análises tendo em conta os quatro últimos anos. Isto é, nesta avaliação foram contabilizados pelo método ponderador da ABAE, os resultados relativos a 2019, 2020, 2021 e 2022. Por curiosidade, destes quatro, o ano de 2019 foi o que teve melhor avaliação e uma das melhores de sempre e, mesmo, assim, a Bandeira Azul não foi atribuída à Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas tal é a exigência dos critérios de avaliação.

Daí que, cabe a todos os intervenientes diretos e indiretos, agentes públicos e privados, empresas e particulares cumprir com as nossas responsabilidades cívicas e sociais em termos de preservação do meio ambiente.

Os níveis da qualidade da água podem variar a qualquer segundo? Sim! Mas que seja só derivado a fatores naturais e não por influência do ser humano. Não vale a pena lamentar a perda de algo quando não o sabemos preservar e valorizar antes e durante.

Posto isto e para concluir, o que é hoje importante relevar e lembrar a todos, sem exceção, é que a qualidade da água na Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas continua boa para ser utilizada bem como em termos de condições estruturais, prevenção e segurança e até de conforto e bem-estar entre outras mais-valias. Será esta, mais uma vez, uma Praia Fluvial que confere a todos, e a quem dela venha a usufruir, um destino de confiança e aconselhável a visitar e a desfrutar durante o verão de 2023.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Continuando a responder às questões colocadas, dizer que o investimento nas áreas de serviço para o autocaravanismo, e elogiadas pelo Deputado Rafael Costa, é para continuar. Oliveira do Hospital, definitivamente quer consolidar o seu posicionamento como um Município amigo do autocaravanismo. Iniciámos esta caminhada há uns anos com o parque de autocaravanismo no Senhor das Almas, na Freguesia de Nogueira do Cravo. Criámos agora uma área de serviço junto ao Parque do Mandanelho e há intensão de fazer uma no Vale do Alva e tenho a certeza que será uma boa opção.

Portanto, é para continuar esta aposta na atração do autocaravanismo, do turismo itinerante, que cresceu 166 %, desde 2001 até 2023, em termo de número de utilizadores de autocaravanas, e cresceu de 2022 para 2023 em 46%.

Relativamente à Casa Amarela, na Bobadela, dizer que neste momento está a ser elaborado o Caderno de Encargos para aquisição do mobiliário.

Quanto à questão colocada relativa à Ciclovia, dizer que esteve previsto a abertura de concurso no âmbito do POSEUR, esse aviso de concurso acabou por não abrir, mas temos a intenção de poder incluir o prolongamento dessa Ciclovia até à Bobadela nas verbas do Pacto da CIM no processo de negociação que se iniciou há quinze dias para os dezasseis Municípios que integram a CIM da Região de Coimbra.

Relativamente à intervenção na Av. Dr. António Amaral dizer que neste momento o projeto está na Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais e está a ser trabalhado com as Infraestruturas de Portugal no sentido de minimizar a sinistralidade e recuperar aquela via.

Quanto às consultas gratuitas de psicologia dar conta que o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital tem uma equipa multidisciplinar, onde também tem psicólogos, e dá resposta nesta área.

O Centro de Recursos para a Inclusão da ARCIAL em parceria com a ARCIL, e financiado pelo Ministério da Educação, também dá apoio a sessenta cidadãos. O CLDS tem um psicólogo. O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social também tem uma psicóloga. O Município de Oliveira do Hospital também tem uma psicóloga no Projeto de Combate ao Insucesso Escolar. Temos também um trabalho de equipa de Saúde Mental que é comunitária é uma equipa multidisciplinar com Psicólogo Clínico, Psiquiatra, Técnico de Serviço Social, Enfermeiro com especialidade na área da saúde mental. Neste momento temos condições, e até comparativamente com outros Municípios à nossa escala, temos capacidade de resposta superior. Obviamente que, se podermos melhorar, melhoraremos este dispositivo de acompanhamento ao nível da psicologia.

A iniciativa Laço Azul visou sensibilizar e prevenir os maus tratos nas crianças. A tradição histórica do Laço Azul associa o mês de abril à prevenção dos maus tratos. Este ano foi feita uma grande campanha com grande visibilidade, com grande impacto público. É um tema que nos deve mobilizar a todos.

Relativamente ao ataque informático ao sistema informático do Município de Oliveira do Hospital, ele ocorreu no dia quatro de abril. Houve logo um desligamento do sistema para evitar riscos de contaminação e captura de ficheiros e encriptação dos mesmos mas mesmo assim houve ocorrências que paralisaram os serviços ao longo de vários dias.

Quero dar aqui uma palavra de reconhecimento ao setor da informática, e tivemos também que recorrer a serviços técnicos especializados. Quero dar uma palavra de reconhecimento ao David Oliveira e ao Ricardo pelo trabalho incansável para fazer a reposição do sistema.

O ataque informático causou constrangimentos ao funcionamento dos serviços mas causou principalmente constrangimentos aos cidadãos e apelámos à tolerância dos cidadãos em face de um problema complexo e do qual ainda estamos a recuperar e vamos todos os dias identificando alguns problemas e vamos tentando corrigir. Já assumimos que faremos um reforço de investimento ao nível de *hardware* e *software* e também o reforço da própria equipa de informática da Câmara Municipal.

Relativamente à questão colocada sobre a preparação da época de incêndios, é importante dizer que a nossa palavra de ordem é, investir nos bombeiros. Neste momento temos seis equipas de intervenção permanente no Concelho, é um investimento de duzentos e cinquenta mil euros, que o Município está a fazer. A palavra de ordem é cooperar e articular.

Ainda esta semana tivemos aqui uma reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais para aprovar condomínios de aldeia, preparar candidaturas, reforçar cada dispositivo de proteção aos aglomerados mais vulneráveis e ficou aqui o compromisso de articulação entre os vários parceiros. Estamos todos mobilizados para fazer face ao desafio que será um verão quente e com baixos níveis de humidade, com risco de elevadas temperaturas. Todos nós sabemos o que temos que fazer e, como disse, a palavra de ordem é cooperar. É cooperar com os Bombeiros e com os vários agentes da Proteção Civil.

Foi colocada uma questão relativa à captação de empresas, e dizer que temos várias empresas com as quais temos reunido para instalação na Zona Industrial. Temos procura de vários investidores do Líbano que têm reunido connosco e não vou divulgar a temática do tipo de investimentos por razões de confidencialidade.

Também dizer que foi atribuído um lote na Zona Industrial da Cordinha à empresa Thinkpack para criar um laboratório de prototipagem de embalagens biodegradáveis. A empresa vai reunir connosco para a semana na lógica de desenvolvimento do projeto de arquitetura e projeto de execução para construção da respetiva unidade industrial.

O Município de Oliveira do Hospital saúda este e outros investimentos e particularmente este investidos que veio de fora para investir em Oliveira do Hospital.

Quanto à questão colocada sobre a Feira do Queijo, eu tenho que dizer isto de uma forma muito simples: A Feira do Queijo foi um sucesso, foi um sucesso de público, foi um sucesso de negócios, foi um sucesso de expositores e foi um sucesso de visibilidade para Oliveira do Hospital.

Inventar questões laterais, questionando uma feira que foi um sucesso de público evidente e reconhecido por toda a gente, foi um sucesso ao nível das vendas, ou seja, negócios para os nossos produtores e para os nossos expositores, foi um sucesso ao nível da ocupação da feira e da visibilidade que deu a Oliveira do Hospital, é tentar “tapar o sol com a peneira”.

Naturalmente que os espaços que foram ocupados resultam de uma prática que sempre houve, aqueles expositores que já estavam habitualmente na feira mensal ocupam a tenda da restauração da Feira do Queijo e, que me recorde, não houve mais inscrições para além destes dois feirantes que serviram na área da restauração e reconhecemos que dado o volume de pessoas e a procura do sector da restauração possivelmente em 2024 teremos que ampliar a zona de restauração para que se evitem as filas e haja mais oportunidade de negócios para todos.

Queria partilhar convosco uma informação relativamente ao impacto da Feira do Queijo e os indicadores são relevantes em termos mediáticos e em termos de retorno publicitário. Relativamente aos indicadores chave do desempenho da Feira do Queijo, saíram duzentos e cinquenta e seis notícias nos média, houve quatrocentas e oitenta e seis publicações nas redes sociais, houve uma audiência potencial acumulada de 6,8 milhões de impressões, atingiu 12 % da população Portuguesa que esteve exposta à mensagem da Feira do Queijo, cada cidadão Português foi impactado em média seis vezes pelas mensagens da Feira do Queijo, 4,4% interagiram com mensagens, que representaram quarenta e duas mil seiscentas e nove interações, e, do ponto de vista daquilo que é o valor potencial do evento, em termos de projecção mediática e avaliação do preço publicitário estamos a falar de trinta e seis milhões e duzentos mil novecentos e noventa e quatro euros, avaliados não por mim, nem por nenhum dos Srs. Deputados ou Presidentes de Junta de Freguesia, nem por nenhum membro do Executivo, foi avalado pela insuspeita empresa que faz avaliação da maioria dos eventos mediáticos no País.

Relativamente à questão colocada pelo Deputado Rui Monteiro, sobre habitação e, de facto, esta é uma preocupação nacional, e é uma preocupação que também tem impacto em Oliveira do Hospital.

Dar conta que a política de habitação é um facto e tem consequências em Oliveira do Hospital. No âmbito do Programa Municipal para recuperação do parque habitacional para pessoas de baixos recursos, financiado pelo Orçamento Municipal, aprovado pelo Srs. Presidentes de Junta e pelos Srs. Deputados Municipais, estão onze habitações para reabilitar, o que importa num investimento de sessenta e três mil euros. No âmbito da BNAUT-Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário temos três imóveis para recuperar, o Centro de Alojamento Temporário de Travanca de Lagos, o apartamento de transição de Seixo da Beira e Seixas da Beira e o Centro de Alojamento Temporário do Ervedal da Beira, tem um investimento de oitocentos e sessenta e um mil euros e um financiamento público do PRR de oitocentos e cinquenta mil euros. No âmbito da Estratégia Local de Habitação estão sinalizadas sessenta habitações degradadas, processo feito em parceria e ouvindo os Srs. Presidentes de Junta e as IPSS, neste momento temos aprovado um total de investimento de três milhões setecentos e quatro mil e setenta e dois euros. No âmbito do Projeto Habitação a Custos Acessíveis em parceria da CIM com os vários Municípios e o IRU, a financiar pelo PRR, temos trinta e seis imóveis sinalizados que importam num investimento de oito milhões cento e oitenta e dois mil duzentos e seis euros.

Termino saudando a Festa da Primavera. É louvável que tenha acontecido.

Dizer também que estão publicados em Edital os processos de implementação das oito acções integradas da Gestão da Paisagem e do envolvimento dos privados na implementação das intervenções de Gestão Integrada da Paisagem para o processo de reflorestação e arborização do Concelho mas também para a criação de zonas de pastagem, de zonas tampão, criação de charcas e plantação com espécies como o medronho mas também com folhosas e frutícolas. Estão publicadas no *site* do Município e na Comunicação Social. Pedimos que participem ativamente nas operações de Gestão Integrada da Paisagem.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao

Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Como habitualmente e nos termos da lei é apresentada para conhecimentos dos Srs. Membros da Assembleia Municipal uma síntese da situação financeira do Município.

À data de 31 de março de 2023 o saldo de operações orçamentais é de quatro milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil cento e setenta e quatro euros e quarenta e sete cêntimos, sendo que o saldo de gerência a 31 de dezembro de 2022 foi de quatro milhões setecentos e dezasseis mil oitocentos e dois euros e sessenta e dois cêntimos. De referir que o saldo de operações orçamentais incorpora novecentos e oitenta e quatro mil oitocentos e oito euros relativo a verbas adiantadas ao Município a título de contratos programa, sendo o valor de quatrocentos e um mil oitocentos e seis euros da requalificação do Estádio e duzentos e sessenta e seis mil quinhentos e cinquenta e dois euros da requalificação das Piscinas, e dizer aqui que está em elaboração o projecto para a concretização deste contrato programa, e da verba do empréstimo relativa à empreitada do Centro Municipal de Proteção Civil ainda não utilizada no valor de trezentos e dezasseis mil quatrocentos e cinquenta euros.

Nos documentos que vos foram enviados é espelhada a execução orçamental com expressão nos primeiros três meses de cumprimento do Orçamento para 2023.

A dívida a curto prazo é na ordem dos cento e setenta e oito mil euros e decorre da dinâmica de pagamentos a empreiteiros, fornecedores e entidades beneficiária de subsídios no valor de cento e dez mil euros quatrocentos e trinta e dois euros e trinta e quatro cêntimos e fundamentalmente da aquisição de prédios que aguarda a marcação das respectivas escritura no valor de sessenta e sete mil quinhentos e vinte e quatro euros.

Nos passivos financeiros no valor de três milhões setecentos e quarenta e quatro mil euros trezentos e cinquenta euros e noventa e um cêntimos estão expressos os empréstimos da Caixa Geral de Depósitos de um milhão trezentos e trinta e seis mil doze euros e nove cêntimos e do BPI de dois milhões quatrocentos e oito mil trezentos e trinta e oito euros e oitenta e dois cêntimos sendo que, do último empréstimo contraído neste banco, falta ainda utilizar o montante de um milhão e quinhentos mil euros.

Por opção consciente procurámos continuar a fazer uma gestão prudente dos recursos financeiros que continue a permitir a manutenção de um curtíssimo prazo de pagamento aos fornecedores.

Fruto da sua situação financeira equilibrada o Município de Oliveira do Hospital encontra-se excluído, desde 2018, do âmbito de aplicação da Lei dos Fundos Disponíveis.

No entanto devemos estar atentos aos sinais, a previsível continuação da guerra na Ucrânia com todos os seus efeitos perniciosos na economia global designadamente a escalada inflacionista, em particular em matéria de energia e combustíveis, pressiona fortemente a gestão financeira retirando recursos que poderiam ser alocados a investimento e apoio ao desenvolvimento de actividades de interesse municipal.

Destacamos o fortíssimo impacto do custo da energia, importando um acréscimo do custo do contrato anual de mais de um milhão e cem mil euros, os pedidos de revisão excepcional de preços ao abrigo do novo regime legal e de reposição de equilíbrio financeiro de empreitadas na ordem de um milhão e cem mil euros, as revisões de preços normais de elevados valores por força dos índices aplicáveis, com pagamentos na ordem dos quinhentos mil euros em 2022, o aumento do custo do serviço de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos que se estima seja de mais trezentos e setenta e cinco mil quatrocentos euros, um acréscimo de 51 % em 2023 e bem assim o aumento das despesas de pessoal decorrente da revisão de carreira recentemente operada e que se estima seja na ordem dos trezentos e vinte mil euros em 2023.

O que a inflação tem consumido dos recursos financeiros Municipais tem impedido a realização de vários investimentos e mais descentralização de meios.

Ainda assim em fevereiro esta Assembleia Municipal aprovou cento e sessenta mil euros a atribuir às Juntas e Uniões de Freguesia e hoje espero que aprove mais duzentos e sessenta e cinco mil euros para investimento para as Juntas e Uniões de Freguesia. Estamos, pois, a cumprir com o pacto de cooperação com os Srs. Presidente de Junta de Freguesia.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Referir a abertura da variante à igreja matriz em Nogueirinha que permite que os carros pesados circulem naquela via e também o alargamento da variante sol nascente com o apoio da máquina da ADESA e do Município.

Quero também aqui manifestar que todos os proprietários, inclusive a Diocese de Coimbra, aceitaram a cedência do terreno sem contrapartidas.

O desafio que eu deixo é para que o Município agora providencie que aqueles espaços sejam alcatroados e que, no caso da variante sol nascente, a extensão da rede eléctrica chegue àquele local.

Queria colocar outra questão que tem a ver com as Caixas Multibanco: Creio que cada Presidente de Junta já foi pressionado para a colocação de Caixas Multibanco. Fizemos diligências junto de alguns bancos e a semana passada reunimos com a Caixa Geral de Depósitos que manifestou interesse para instalar uma Caixa Multibanco na Freguesia mas a Junta de Freguesia terá que pagar mais de cinco mil euros pela instalação e terá que ficar a pagar uma renda mensal que com o IVA vai para mais de duzentos e dez euros, a Junta de Freguesia tem que assegurar a videovigilância, tem que assegurar cento e dois movimentos diários na Caixa Multibanco. Isto são condições impossíveis de satisfazer para qualquer Junta de Freguesia e creio que este é um problema extensivo a todas as Juntas de Freguesia e seria muito importante que esse serviço que é elementar também para fixar pessoas nas localidades merecesse a atenção do Executivo Municipal e que em colaboração com as Juntas de Freguesia pudéssemos encontrar uma solução conjunta.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de 254.816,00€ (duzentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e dezasseis euros) às Freguesias do Município, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“É reiterar aquilo que disse há pouco, é dar continuidade ao pacto de cooperação e desenvolvimento que temos com as Freguesias. Na última Assembleia aprovámos cento e sessenta mil euros para despesas correntes e agora são duzentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e dezasseis euros no âmbito dos protocolos.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Creio que a minha posição é conhecida sobre esta matéria. Creio que este modelo de transferências para as Freguesias cumpriu um papel importante

numa determinada fase da gestão municipal porque as juntas de Freguesia não sabiam quanto é que podiam dispor por parte da Câmara Municipal para os seus orçamentos e depois podendo também programar o investimento mas eu creio que, neste momento, este modelo está ultrapassado, e considero que este modelo é injusto para as Freguesias de menor densidade. A Junta de Freguesia de Meruge vai receber dez mil euros e essa verba não dá para manter um funcionário a tempo inteiro e todos sabemos a importância que tem um funcionário a tempo inteiro para acudir às questões do dia-a-dia.

Ceio que se devia encontrar outro modelo. Devia haver um fundo estrutural para as Freguesias. A Câmara Municipal disponibiliza um milhão de euros por ano, ou o que se entender, e as Freguesias candidatam projetos a esse fundo. Creio que era mais justo.

De qualquer maneira também quero dizer que é uma medida generosa por parte do Município porque não está obrigado a disponibilizar esta verba às Juntas de Freguesia.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de 254.816,00€ (duzentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e dezasseis euros) às Freguesias do Município, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, que foi aprovada por unanimidade.

De seguida foi proposto pela Mesa da Assembleia Municipal a apresentação conjunta dos Pontos III, IV e V.

Efetuada a votação, a proposto para apresentação conjunta dos Pontos III, IV e V, foi aprovado por unanimidade

De seguida foram apresentados em simultâneo os seguintes pontos:

Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Revisão ao Orçamento da Receita de 2023;

Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa de 2023;

Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Revisão - Modificações às Grandes Opções do Plano - GOP (PPI e AMR).

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Trata-se daquele princípio que é a aplicação do saldo de gerência, neste caso no valor de quatro milhões e setecentos mil euros, que será aplicado no reforço de várias rubricas de receita e despesa e também de actividades e obras inscritas no Orçamento e Grandes Opções do Plano. E a revisão do Orçamento implica a aplicação do saldo de gerência na receita, na despesa e alteração ao Orçamento.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Tivemos a visita da Sra. Ministra que foi um momento importante por várias razões nomeadamente porque a Sra. Ministra disse que para a semana vão ser anunciadas medidas que irão permitir às IPSS que têm projectos aprovados no PARES se candidatarem a fundos com taxa reduzida que irão ser postos à sua disposição. Isso é extremamente importante por uma razão muito simples. A Associação de Desenvolvimento de Vale do Cobral é uma das três associações que viram os projectos aprovados. Houve necessidade de alterar o valor da adjudicação de dois milhões de euros para dois milhões e oitocentos mil euros, sendo que a comparticipação era apenas de 80 % e nós tínhamos um financiamento de um milhão e quatrocentos mil euros e, neste momento, teremos que encontrar um milhão e quatrocentos mil euros à nossa parte para cobrir o que falta, creio que é importante.

Na leitura que eu fiz nos documentos há uma coisa que me preocupou: No Orçamento estão apenas inscritos cinquenta mil euros, por parte do Município, para apoio às IPSS. Creio que isto será para rectificar, o Sr. Presidente já hoje o manifestou publicamente. Creio que é absolutamente necessário reunir com as entidades e também definirmos uma estratégia de apoio.

Estratégia Local de Habitação, Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, já foram aqui referidos os números e a questão que eu queria colocar creio que já outro elemento da Assembleia já colocou. Onde é que o investimento vai ser feito? Como é que vai ser feito?

Porque, e eu quero dizer isto com frontalidade que me conhecem, as Juntas de Freguesia contribuíram com propostas para a elaboração da candidatura. Foi aprovada a candidatura para a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário e o Sr. Presidente já anunciou aqui que vão ser aplicadas em três Freguesias e relativamente à estratégia nacional nós não sabemos onde vai ser aplicado o dinheiro e, segundo aquilo que o Sr. Presidente aqui transmitiu, isto dá para apoiar no mínimo a recuperação de trinta casas, o que dá, mais ou menos, duas por cada Freguesia e isto era extremamente importante que pudesse acontecer e deixo aqui o desafio ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para que reúna com os Presidentes de Junta para vermos como é que vamos aplicar esses três milhões de euros, porque, se mais uma vez, o dinheiro for aplicado na Cidade, eu reservo-me ao direito de tomar uma posição neste Município porque não é possível centralizar permanentemente todo o investimento na Cidade e porque o Concelho são dezasseis Freguesias e todas merecem a solidariedade e o apoio da Câmara Municipal.

Creio que dentro da estratégia que já definimos de centralizar pessoas nas nossas localidades, nós necessitamos como de pão para a boca de ter habitação condigna que possamos oferecer a quem se quer instalar e isso é extremamente importante.

No relatório do Sr. Presidente, refere eventos dinamizadores da actividade económica, sendo que, do ponto de vista turístico são importantes para o Concelho. Creio que foi por lapso, mas a Festa da Castanha, a Festa do Pão e dos Bolos, a Feira do Porco e do Enchido não são mencionadas. Creio que era importante plasmar nos documentos municipais a importância destes pequenos eventos, que podem ser muito pequenos em relação à EXPOH mas também o financiamento que é feito é muito inferior ao que é feito depois nas actividades locais. Há trezentos e vinte e um mil quatrocentos e cinquenta euros inscritos para as feiras, eventos e dinamização das actividades económicas e para a Feira do Porco e do Enchido só precisávamos de 5 % desta verba.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“A abordagem do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Meruge, João Abreu, ao tema, merece que faça algum esclarecimento por respeito democrático e para que também não haja dúvidas nenhuma.

Sobre o relatório de contas a opção que foi feita na redacção foi para incluir os eventos da responsabilidade do Município, foi essa a razão. Aliás,

dava-me muita felicidade, e não me custava nada, colocar a Feira do Porco e do Enchido, a Festa da Castanha, a Festa das Vindimas, a Festa do Pão, a Festa do Bodo e todo o conjunto de eventos. Provavelmente se os colocássemos todos, porque na prática até os apoiamos, acusavam-nos de estarmos a usar o alheio mas, atenção, aquilo que aparece no relatório são apenas os eventos da Festa do Queijo, EXPOH e as Marchas Populares mas, depois, fala num conjunto de iniciativas feitas pelas Freguesias e colectividades. Nunca esteve na perspectiva do Município excluir eventos de grande promoção e para o qual, modéstia à parte, em colaboração ativa com as Juntas de Freguesia de Meruge e a Associação de Desenvolvimento Sociocultural de Vale do Cobral o Município tem ajudado a fazer crescer, e não faz mais do que a sua obrigação, o evento é forte tem margem para crescimento e temo-lo levado a Coimbra para trazer Coimbra até Meruge, tem crescido em número de expositores, em número de visitantes, em negócio e dá dinamismo, e igualmente para a Festa da Castanha, e igualmente para os outros eventos, que também têm crescido muito. Obviamente que cabe sempre aos organizadores os méritos mas o Município tem estado sempre ao lado de quem organiza e de quem faz crescer os eventos.

Outro esclarecimento relativamente à Agência Local de Habitação: A Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário tinha especificidades e não dá para meter tudo. Estas sessenta edificações foram casas que foram sinalizadas em três reuniões com os Srs. Presidentes de Junta e trabalhámos com as IPSS. Eu não sei exactamente quais são estas sessenta edificações mas quando for feito o ato público de assinatura da Estratégia Local de Habitação para o contrato de financiamento naturalmente que as habitações são identificadas uma, a uma, e naturalmente não sei se são de todas as Freguesias e União de Freguesia do Concelho, admito que sim. Estas sessenta habitações não fui eu que as inventei, foram feitas pelo Serviço de Ação Social e em reuniões com o Srs. Presidentes de Junta.

Portanto, para combater a habitação indigna existe a Estratégia Local de Habitação e tem três milhões setecentos e quatro mil euros para investir nestas sessenta habitações que estão claramente identificadas e quem quiser conhecê-las elas estão disponíveis para o conhecimento de todos.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“O Concelho de Oliveira do Hospital foi o Concelho que teve o maior número de candidaturas aprovadas no PARES da Região de Coimbra. O

Concelho de Oliveira do Hospital teve sete candidaturas aprovadas. A Câmara Municipal ajudou a fazer essas candidaturas que dão respostas sociais que são necessárias ao Concelho.

Na minha opinião há aqui uma obra que tem um valor enorme, é uma residência para deficientes da ARCIAL, e não estou a dizer que as outras não são importantes porque todas elas são importantes. Um dos problemas que vamos ouvindo junto das populações são de pessoas que têm filhos deficientes e que chegam a uma certa idade e o grande drama dos pais é saber a quem vão dar a guarda dos filhos porque quando há uma grande deficiência e mesmo que tenham irmãos o cuidado destes deficientes é muito complicado e, por isso, há uma candidatura da ARCIAL que está aprovada.

Há também um projecto na Bobadela para um lar que não reúne as condições.

Agora temos é que realizar estas sete obras porque o Concelho ficará muito melhor servido na rede social e isso é muito importante.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Revisão ao Orçamento da Receita de 2023, que foi aprovada por maioria, com sete abstenções.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa de 2023, que foi aprovado por maioria, com sete abstenções.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Revisão - Modificações às Grandes Opções do Plano - GOP (PPI e AMR), que foi aprovado por maioria, com sete abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro,

do Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e dos Documentos de Prestação de Contas do ano 2022.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Vou apresentar genericamente as contas e dizer que tivemos uma Taxa de Execução Orçamental de 92 % na receita e 73 % na despesa. Temos um resultado de quatro milhões e setecentos mil euros e um resultado líquido positivo de cento e oitenta e sete mil euros.

Relativamente às contas de 2022 elas são essencialmente marcadas pela execução de projectos com financiamento comunitário e isso está espelhado nas várias páginas do relatório e na mensagem de abertura.

Estas contas marcadas pela execução de projectos de investimento que foram desenvolvidos num contexto de redução de transferências do Orçamento de Estado em 2022 de setecentos e vinte e cinco mil euros.

Estas contas têm também as marcas da inflação que consumiam recursos financeiros alocados ao Município na revisão de preços mas também naquilo que é a fatura energética, nos combustíveis, o cumprimento do compromisso com as Juntas de Freguesia mas também no financiamento de actividades associativas no domínio do desporto e dizer que, no domínio do desporto há um investimento de trezentos e setenta mil euros, também no domínio da cultura, no domínio da juventude e também no apoio às famílias mais vulneráveis, refiro-me a apoios sociais.

Dizer também que as áreas onde houve mais investimento foi na área da educação, do desenvolvimento económico, da regeneração urbana, da modernização administrativa, da protecção civil, do ambiente e floresta.

São contas marcadas pela assunção de responsabilidades no domínio da transferência de competências na área da educação, acolhemos cento e dezassete novos funcionários e as despesas de manutenção de todo o parque escolar. Hoje, temos já a ação social na nossa inteira responsabilidade.

Como vos disse, o Município teve um saldo orçamental na ordem dos quatro milhões e setecentos mil euros e teve um resultado líquido positivo na ordem dos cento e oitenta e sete mil euros.

Também num contexto de redução da dívida por via da amortização dos vários empréstimos.

Ou seja, há obra, e sobre, isso, já posso dar os valores, a 31 de dezembro, e estamos a falar de três milhões novecentos e sessenta e sete mil e novecentos

euros de projectos co-financiados e cerca de setecentos mil euros de projectos financiados em 2022 com recurso ao Orçamento Municipal, o que perfaz um investimento final de quatro milhões e setecentos mil euros. Por isso, este relatório de contas espelha obra feita, apoios cumpridos e redução da dívida conforme o plano de pagamentos.

Estes números representam uma condição de equilíbrio e sustentabilidade das contas para que nos dois anos e meio de mandato que temos ainda pela frente onde vão vir novos desafios e vamos trabalhar para que esses mesmos desafios se concretizem e, para isso, estamos a negociar no Pacto de Coesão e Desenvolvimento no âmbito da CIM da Região de Coimbra e participámos na reprogramação do PRR com vista ao reforço de algumas verbas para financiar alguns projectos e naturalmente temos o conjunto de programas no âmbito do Portugal 2030 e particularmente no Pacto da CIM, que terá a designação de Contrato neste período de programação e também as verbas para investimento nos domínios da água e saneamento que agora estarão integradas previsivelmente na CIM no âmbito do Ciclo da Água.

Estas contas espelham uma situação equilibrada do ponto de vista financeiro do Município e dão-nos o balanço e o alcance para prosseguir os próximos desafios, ir à procura de financiamentos para concretizar aquilo que são obras essenciais no Município de Oliveira do Hospital, garantindo sempre o princípio da descentralização de competências e uma parceria privilegiada com as Juntas de Freguesia.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“No Ponto VI está explanado que realmente este Executivo não conseguiu gastar quatro milhões setecentos e dezasseis mil euros e esse dinheiro que ficou foi agora atualizar o que estava feito para este ano e tivemos que lá meter quatro milhões setecentos e dezasseis mil euros que não foram gastos.

O exemplo disto, o Sr. Presidente há um bocadinho atrás falou que tínhamos no BPI 1,5 milhões de euros. Esse dinheiro foi do empréstimo que tem seguramente três anos que era para o futebol e era para a variante do Centro Educativo para a Zona Industrial.

Portanto, isto é a prova que realmente o Executivo não está com capacidade de gerir o dinheiro e não conseguiu gastar em obras aquilo que podia gastar.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Falávamos há pouco de tempo gasto sem qualquer tipo de benefício. Eu começo esta intervenção com tempo gasto sem qualquer tipo de benefício.

Aquilo que aqui temos é simples. São as contas do Município que se preocupa com a população que governa o Município não para quem os elegeram, mas, sim, para todos aqueles que aqui vivem e para todos aqueles que beneficiam deste terra e tem preocupações que vão abrangendo todas aquelas que são as suas necessidades. Estas contas estão cá e são contas que estão certas.

Eu sou do tempo em que a bancada do PSD tinha alguém que aqui chegava e quando chega a esta altura a primeira coisa que fazia era dar os parabéns ao Município pela saúde financeira e isso demonstra desde logo honestidade intelectual. Infelizmente agora não temos essa pessoa na sala, estive cá mas saiu há pouco e tenho pena porque queria dar-lhe este cumprimento.

Mas efectivamente estamos a falar de contas que por um lado demonstram rigor e por outro lado demonstram capacidade de gestão, demonstram capacidade de reagir relativamente a imponderáveis que com toda a franqueza, nenhum Executivo deste Município alguma vez teve, e nenhum Executivo deste Município teve que se ver com as dificuldades que o actual Executivo e nomeadamente neste último exercício teve com os aumentos brutais que existiram na energia, com todas as questões que aqui foram levantadas.

Os Senhores sabem o que precisam de fazer mais. Precisam de continuar na senda que têm vindo até agora, precisam de manter este rigor, precisam de manter a transparência e precisam de fazer aquilo que sempre fizeram e que é trabalhar. Haja quem os deixe fazer e quem o reconheça!”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca que fez a seguinte intervenção:

“Já tenho dito isto várias vezes mas acho que nós às vezes esquecemo-nos que uma Câmara Municipal deve ter alguma gestão económica como se fosse uma empresa. Quem não concorda com isto fica todo satisfeito quando isto dá prejuízo. E, depois, atacam porque dá prejuízo e porque economicamente isto não é bem gerido. Há aqui muitas pessoas nesta sala que felizmente têm

conhecimentos de gestão, gerem empresas, gerem sociedades e sabem que isto tem que dar lucro e aqui temos resultados positivos e equilibrados.

Como dizia o meu colega anterior, precisamos de estar preparados para os imponderáveis porque eles acontecem todos os dias e estamos numa sociedade e numa vida com momentos de imponderáveis e os resultados também projetam isso.

Demos apoio às famílias, demos apoio aos refugiados, demos apoio ao associativismo e depois vêm aqui dizer que no futebol não se fez. Quantos milhares de euros se têm dado para o futebol, para o associativismo e para o desporto em geral? Isto esquece-se! Mas é dado todos os anos e em 2022 também foi.

Queria reconhecer que estamos a atingir no nosso Concelho, e talvez incida em algumas Freguesias, uma forte percentagem de todos os lares e todas as famílias terem a devida salubridade. Há estações de tratamento de águas residuais que vão permitir melhor vida às pessoas. O Concelho está quase a 100 % coberto com a rede de saneamento e, isso, não interessa?

Também ressaltar aqui o forte crescimento da fatura dos Resíduos Sólidos Urbanos, mas parece que isso também não interessa! Mas estamos a fazer a recolha selectiva.

O transporte a pedido: O Concelho de Oliveira do Hospital é reconhecido como o Concelho onde isto teve mais aceitação e é uma componente extremamente forte.

Investimentos são por todo o lado e vocês veem-nos. Há atrasos e certas obras também não correram totalmente bem mas, como o Sr. Presidente já referiu, nomeadamente com a retirada dos postes, isso não depende de nós.

As obras estão a andar e o Concelho está com futuro. Estamos a construir o pavilhão para a Proteção Civil, os caminhos e as bermas estão a ser limpos para nos protegermos dos incêndios e também se apoia o meio ambiente.

Temos a taxa de execução da receita de 96 % e da despesa de 73 % o que é bom. Há um forte equilíbrio financeiro. Há dinheiro que podemos gastar nas actividades. O Município está de parabéns porque não há prejuízo e há uma gestão equilibrada e, agora, vêm votar contra? Não querem o desenvolvimento do Concelho?"

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Jorge Marques Figueiredo que fez a seguinte intervenção:

“Quero aqui saudar o bom trabalho e as contas apresentadas pela Câmara Municipal e que apesar do aumento da inflação que já “comeu” mais de um milhão de euros em investimento e que a Câmara Municipal podia usar e o aumento da energia, combustíveis e apesar da revisão de preços das obras em curso, apesar da diminuição das transferências do Orçamento de Estado e apesar do aumento dos Recursos Humanos, fruto da descentralização de competências na área da educação que foi mais um acréscimo de mais de 30 %, finalizou-se o ano de 2022 com um Resultado Líquido, positivo, de mais de cento e oitenta e sete mil euros e um Saldo Orçamental superior a 4,7 milhões de euros.

Esta situação demonstra uma situação financeira estável de equilíbrio orçamental e uma gestão rigorosa.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, será certamente, com esta almofada orçamental que o Município estará preparado para trazer investimento e desenvolvimento para o nosso Concelho.

Será certamente com esta almofada orçamental, que a Câmara Municipal estará preparada para fazer face e realizar investimento e candidaturas ao PRR e ao Portugal 2030. Pensar em candidaturas é fácil, mas para as concretizar é preciso pagar investimento, formalizar pedidos de pagamento, é preciso verbas e será certamente com mais de 4,7 milhões de euros para isso servirão.

Sr. Presidente, mesmo com a apresentação destes valores a oposição critica estas contas, imagino o que diriam se o Sr. Presidente chegasse aqui hoje com um Resultado Líquido negativo de mais de um milhão de euros como algumas Câmaras do PSD.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e dos Documentos de Prestação de Contas do ano 2022, que foi aprovado por maioria com quatro votos contra e três abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2022.

Não havendo intervenções, foi colocada à votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2022, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte e uma horas e quarenta e sete minutos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

\_\_\_\_\_

(Primeiro Secretário)

\_\_\_\_\_

(Segunda Secretária)

\_\_\_\_\_